

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.666 - DF (2019/0182098-1)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**EMBARGANTE : IRISMAR TORRES FRANCO**  
**ADVOGADOS : REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA - DF025480**  
**MURILLO DOS SANTOS NUCCI - DF024022**  
**EMBARGADO : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR : FERNANDO JOSÉ LONGO FILHO - DF022005**

**DECISÃO**

Cuida-se de Embargos de Declaração contra suposto "acórdão proferido em 19 de agosto de 2019".

Fundamenta o seu pleito, nos seguintes termos:

Meritíssimos, data venia, a Embargante ousa crer que a decisão ora embargada foi omissa quanto à “prorrogação sucessiva e intermitente” dos contratos de trabalho firmado entre as partes.

Em que pese a judiciosa fundamentação sobre a ausência de direito dos professores temporários à verba fundiária, o r. acórdão embargado não se pronunciou sobre esse que é o foco da nulidade ora denunciada: sucessivas prorrogações de um contrato que deveria ser temporário.

Oportunamente, cita-se precedente do E. TJDFT (Acórdão n.932828) que explicitamente se refere ao direito que possuem os contratados por prazo determinado ao FGTS, desde que “ocorram sucessivas renovações do contrato”.

Como se vê, referido precedente se amolda à tese da embargante, que não foi aventada pelo r. acórdão ora embargado: direito ao FGTS aos contratados por prazo determinado quando verificadas sucessivas renovações do contrato.

Dessa forma, a Embargante ousa crer que o r. acórdão apresenta omissão quanto a este ponto crucial da fundamentação da pretensão autoral.

II. Dos pedidos Ante o exposto, requer à Vossa Excelência, respeitosamente, que conheça destes Aclaratórios e o dê provimento, para sanar a apontada omissão quanto ao fundamento que sustenta a pretensão exordial: nulidade das contratação em razão das sucessivas prorrogações do contrato temporário.

Termos em que pede e espera deferimento.

**É o relatório.**

**Decide-se.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 8.10.2019.

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos contra *decisum*

# *Superior Tribunal de Justiça*

inexistente.

Deveras, não há neste processo "acórdão proferido em 19 de agosto de 2019", ou em data anterior à indicada.

Informe-se que, posteriormente à interposição dos presentes Aclaratórios, foi prolatado acórdão pela Segunda Turma do STJ, que não conheceu do Recurso Especial .

Logo, os presentes Aclaratórios não se referem ao Acórdão de fls 409-416, pois os Embargos foram apresentados antes desse julgamento.

Assim, os Embargos de Declaração foram aviados por engano inescusável.

Não há de se falar de fungibilidade recursal, haja vista que não havia decisão a ser combatida à época da interposição dos Aclaratórios, o que configura erro grosseiro.

Pelo exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator